

N.F. Nº - 281392.0028/19-9
NOTIFICADO - LÍCIA MARIA ANDRADE LEMOS
NOTIFICANTE - PAULO CÂNCIO DE SOUZA
ORIGEM - DAT METRO / INFAZ ATACADO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 17.10.2022

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0162-05/22-VD

EMENTA: ITD. DOAÇÃO. QUITAÇÃO. EXTINÇÃO. Ficou demonstrado no PAF que antes da lavratura da notificação ocorreu o pagamento do imposto cobrado, efetivando-se extinção do crédito tributário. Notificação **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Cabe de imediato registrar que o presente relatório obedece às premissas estabelecidas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA, mormente quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da sumulação dos pronunciamentos dos participantes processuais, especialmente direcionado para as sessões virtuais de julgamento.

A Notificação Fiscal em tela, lavrada em 27/12/2019, na quantia de R\$ 10.666,95, tem o seguinte descritivo:

Infração – 41.01.01: *Falta de recolhimento ou recolhimento a menor do ITD incidente sobre doação de créditos. O contribuinte declarou doação de R\$ 150.000,00 no IR ano calendário de 2014. Foi intimado via AR e via edital.*

O enquadramento legal se deu pelo art. 1º, III da Lei nº 4.826/89 (lei institutiva do ITD na Bahia), mais a multa prevista no art. 13, II, da Lei atrás mencionada.

Alude a fatos geradores ocorridos em abril de 2015.

O notificante anexa a 1ª intimação fiscal para prestação de informações e apresentação de documentos, informações econômico-fiscais extraídas da DIRPF, formulário de Aviso de Recebimento elaborado pelos Correios, publicação de edital de intimação 01/2019, veiculado no D.O.E de 30.10.2019, no qual consta o notificado como intimado e convênio de cooperação técnica celebrado entre a União e o Estado da Bahia.

Em petição manuscrita, a contribuinte explica que, intimada em 30.8.2019, providenciou o recolhimento do ITD, no montante de R\$ 8.194,24, pelo que requer o cancelamento da notificação fiscal.

Naquela oportunidade, juntou-se da declaração de ajuste do IR, ano-calendário de 2014, e correspondente recibo de entrega, além de comprovante de recolhimento extraído do SIGAT, na quantia retro mencionada, entre outros documentos.

Em seu informativo, o notificante atesta que Mayara Lemos Coelho é a donatária do bem referido na declaração do IR da notificada. A primeira senhora atrás mencionada consta como dependente na declaração de Daniel Sol, cônjuge da notificada. Referido senhor pagou o ITD devido antes da formalização da notificação, de modo que o crédito tributário lançado encontra-se extinto.

Distribuído o processo para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo.

Considero suficientes para formação da minha convicção os elementos probatórios carreados aos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

VOTO

A notificação fiscal obedece aos requisitos de lei. Inexistem pontuações pelo órgão de preparo de haver manifestos intempestivos. Princípios processuais administrativos também observados.

Sempre cabe lembrar que o ITD é tributo regido pelo procedimento do lançamento feito por declaração, vale dizer, deve o sujeito passivo declarar os fatos tributáveis perante a autoridade competente e esta, de posse destas informações, lança o crédito tributário e manda ser feito o recolhimento.

Isto é o que se depreende do disposto no art. 21 do Regulamento Baiano de ITD (Dec. 2487/89), à vista da redação que vigorava à época dos fatos geradores alcançados neste PAF:

*“Art. 21. O ITD incidente sobre bens e direitos de qualquer natureza por ato gratuito entre vivos será **declarado** através da Guia de Informação, segundo modelo aprovado e em tantas vias quantas forem previstas em ato do Secretário da Fazenda” (negritos da transcrição).*

Sobre este tipo de lançamento, assim se posiciona Hugo de Brito Machado (In Curso de Direito Tributário, 2013, p. 182):

*“Diz-se o lançamento **por declaração** nos casos em que a legislação do tributo impõe ao sujeito passivo da obrigação tributária correspondente a declaração, isto é, o oferecimento à autoridade administrativa, das informações quanto aos fatos necessários à determinação do valor do tributo em cada caso. Informações necessárias à feitura do lançamento, que compete à autoridade administrativa” (destaques originais).*

O imposto de que trata a doação objeto deste processo (valor em espécie) já houvera sido quitado anteriormente à lavratura do lançamento de ofício, precisamente em 30.8.2019, conforme se vê do documento junto à fl. 44.

Logo, o Estado, neste particular, não tem mais nada a reclamar, face à extinção do crédito tributário pelo pagamento, na esteira do mandamento contido no art. 156, I, do CTN. Esta situação, aliás, foi observada pelo servidor notificante que, inclusive, à fl. 47, solicita o cancelamento da exigência.

Notificação considerada IMPROCEDENTE.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **IMPROCEDENTE** a Notificação nº **281392.0028/19-9**, lavrada contra **LÍCIA MARIA ANDRADE LEMOS**, devendo ser tomadas as medidas processuais complementares cabíveis na espécie.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 08 de setembro de 2022.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE

VLADIMIR MIRANDA MORGADO – RELATOR

EDUARDO DUTRA FREITAS – JULGADOR